



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE - CONTABILIDADE

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos, em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!



Língua Portuguesa

1

No romance *Dom Casmurro*, o narrador faz uma descrição de um personagem do seguinte modo:

“Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cósi-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodaque e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda (....). Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos”.

A descrição desse personagem tem base:

- (A) predominantemente física, com traços psicológicos;
- (B) predominantemente psicológica, com traços físicos;
- (C) sociológica, explorando sua atividade profissional;
- (D) física, psicológica e sociológica;
- (E) predominantemente sociológica, com traços físicos.

2

Observe a tradução de um fragmento textual francês:

“Na origem, a casa tinha sido acoplada a um computador, como tantas outras, a um computador previsual encarregado de a fazer evoluir em função dos cálculos de probabilidade de que se alimentava a máquina. A eventualidade de um inverno frio fazia com que surgisse um engrossamento progressivo das paredes, num isolamento reforçado. Uma dupla camada de telhas crescia lentamente sobre o teto, uma lareira suplementar emergia do solo como um legume perfurando a terra de um jardim.”

Trata-se, no caso, de uma narrativa de ficção científica; a característica desse gênero narrativo que se aplica a esse segmento textual, é:

- (A) localização em um tempo futuro, que é visto como passado, a ponto de ser narrado;
- (B) narrativa que envolve um mundo cujos elementos são completamente desconhecidos do leitor atual;
- (C) apresentação de uma visão pessimista do mundo futuro, governado por máquinas incontroláveis;
- (D) sugestão de uma tecnologia avançada, não criada pelos humanos, mas por seres superdotados;
- (E) narrativa em que o próprio narrador mostra desconhecimento da realidade narrada.

3

Um escritor espanhol, conhecido por sua preocupação com o idioma, produziu a seguinte frase: “Estudar latim é como colocar as palavras para fazer ginástica”.

Isso significa que:

- (A) o estudo de latim é hoje uma tarefa inútil, pois os estudos históricos perderam valor;
- (B) o conhecimento do latim melhora a qualidade redacional de nossos textos;
- (C) estudar a língua latina faz com que se acrescentem muitos novos vocábulos aos dicionários;
- (D) o aprendizado da língua latina é indispensável para o conhecimento de nosso próprio idioma;
- (E) estudar latim faz com que aprofundemos o conhecimento das palavras.

4

“Por que você escreve? A essa pergunta Balzac respondeu: para ser rico e célebre. Outros responderão certamente: porque é um ato necessário a meu equilíbrio psíquico, eu escreveria mesmo que eu não fosse publicado. Essas são as duas respostas extremas. Eu direi quanto a mim: para ser lido. Eu me considero como um artesão em sua oficina, aperfeiçoando esse objeto manufaturado destinado a ser vendido, um livro. Um livro é uma criação, que comporta um primeiro e um segundo grau. No primeiro, eu invento uma história e personagens. No segundo, o leitor se apoia no que inventei e persegue minha criação para torná-la sua. E como toda criação traz alegria, há para mim uma dupla felicidade: a de criar e a de suscitar uma criação entre meus leitores. Eu acendo um fogo que me dá calor e luz, mas eu o expando e observo milhões de pequenas luzes tremulando sobre toda a terra, feitas nos espíritos e corações por minhas obras” (Michel Tournier, *Libération*, 1985).

Sobre a significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) segundo o texto, no fundo, todos escrevem pelo mesmo motivo: tornarem-se ricos e célebres;
- (B) em resumo, os escritores pretendem trazer felicidade aos homens, mesmo que não sejam publicados;
- (C) o autor do texto responde à pergunta inicial, apoiado em sua experiência pessoal, destacando o poder da criação;
- (D) escrever é uma experiência que requer dedicação e trabalho a fim de que o livro possa ser amplamente consumido;
- (E) os autores criam histórias e personagens para que os leitores se sintam motivados a criarem os seus.

5

“O gerente da empresa comentou que, com a futura chegada dos bombeiros, o incêndio seria controlado e a produção poderia ser entregue dentro do prazo.”

A argumentação do gerente mostra um problema, que é:

- (A) a fuga do assunto, já que o foco deveria ser o incêndio;
- (B) uma generalização excessiva já que nem todos os incêndios conseguem ser apagados a tempo;
- (C) um argumento autoritário, já que ele sozinho decide o que fazer com a produção;
- (D) a apresentação de uma possibilidade como certeza;
- (E) o estabelecimento de uma relação equivocada entre causa e efeito.

6

Um dos problemas continuamente apontados em textos escritos é o da repetição de termos idênticos; em todas as frases abaixo, esse problema foi combatido por meio de substituições.

A opção em que a substituição foi realizada por meio de um processo diferente dos demais, é:

- (A) O coronel tinha muito orgulho da farda, como ocorre com a grande maioria dos militares;
- (B) Essa noite relampejou e trovejou muito, e os pobres cachorros, com medo desses fenômenos, latiram desesperadamente;
- (C) Subir e descer escadas, caminhar uma hora por dia foram exercícios recomendados pelo médico do idoso;
- (D) Os alunos pretendiam homenagear a professora, mas nem todos os alunos concordaram com a homenagem;
- (E) Era muito simpático, característica que todos admiravam nele.

7

Entre as opções abaixo há um termo destacado cujo referente se encontra após a sua enunciação, exemplificando o que se chama de “catáfora”; a opção em que isso ocorre, é:

- (A) Todos aqueles que os citam são admiradores dos ministros;
- (B) O quadro, ele foi adquirido ontem;
- (C) Choveu muito e isso não surpreende mais;
- (D) Não vi o buraco onde caíram os óculos;
- (E) A semana em que ele chegou foi no início do mês.

8

A frase abaixo que mostra ambiguidade em função de NÃO se poder distinguir agente e paciente, é:

- (A) O chefe encontrou o funcionário em seu gabinete;
- (B) A criação da instituição demorou mais do que se esperava;
- (C) João e Maria se casaram ontem;
- (D) Encontrei o assaltante andando pela rua;
- (E) Chamar os bombeiros já ficou na moda.

9

A opção abaixo em que está presente uma forma interrogativa indireta é:

- (A) A classe política declarou-se satisfeita após a publicação do calendário eleitoral;
- (B) Os sindicatos e os representantes patronais retomaram seus afazeres;
- (C) As empresas de computação ainda não sabem quando vão instalar os novos computadores;
- (D) Por que todos os adolescentes parecem inventar o mundo de novo?
- (E) Todos sabem quanto custa esse automóvel.

10

A opção abaixo em que a forma verbal destacada mostra fatos anteriores em relação aos outros é:

- (A) Quando a guerra da Ucrânia terminar, muitos vão voltar ao país;
- (B) Ela já terminara os exercícios quando os pais chegaram para levá-la;
- (C) O diretor entrou em sala quando a maioria já saía;
- (D) O professor estava no quadro quando o aluno entrou;
- (E) Todos vão saber o resultado amanhã à tarde.

11

Observe a seguinte explicação, retirada de uma gramática de língua portuguesa: “O adjetivo é uma das classes de palavras, caracterizada por ser variável em gênero e número, determinante de um substantivo ou pronome substantivo, expressando estado, característica, qualidade ou relação”.

Sobre esse pequeno texto explicativo, é correto afirmar que o texto:

- (A) se estrutura a partir de uma pergunta explícita, seguida de uma resposta que lhe dá explicação;
- (B) comporta definições, destacadas por palavras que as apresentam;
- (C) mostra muitos conectores lógicos, que introduzem explicações;
- (D) mostra termos especializados não explicados em função de dirigir-se a leitores com certos conhecimentos;
- (E) mostra comparações e esquemas que permitem visualizar a explicação de forma mais clara.

12

Um livro intitulado *A Língua Portuguesa e o Modernismo* traz algumas modificações ocorridas na norma culta de nossa língua na época moderna; a opção abaixo que mostra uma dessas modificações seguida de um exemplo que a comprove, de forma adequada, é:

- (A) uso do pronome “ele/ela” como objeto direto, em lugar de “o/a”: “Nós vimos que ele não chegaria a tempo”;
- (B) uso do pronome “mim” em lugar de “eu”: “Para mim, trabalhar lá deve ser um sacrifício”;
- (C) emprego de pronome oblíquo solto entre dois verbos: “Ele foi se pentear no espelho do banheiro”;
- (D) utilização do verbo “ter” em lugar de “haver”: “Ele não tinha mais o que fazer no trabalho”;
- (E) uso da forma “lhe” em lugar de “o/a”: “Eu lhe entreguei os livros prometidos”.

13

Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

- (A) Meu pai sempre trabalhou como um escravo / com baixos salários;
- (B) O carro passou pela avenida como um foguete / soltando fogo pelo cano traseiro;
- (C) O menino declarou que a avó parecia uma bruxa / andava com uma vassoura;
- (D) Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo;
- (E) A sala de jantar dos meus avós era tal qual um museu / cheia de coisas velhas e malcuidadas.

14

Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- (A) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmo irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora;
- (B) Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes que não possuem e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras;
- (C) A única coisa que vem sem esforço é a idade / inevitável;
- (D) Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam / desestimuladas;
- (E) Não se pode confiar em quem não confia em ninguém / nos confiantes.

15

“Aconteceu aos verdadeiros sábios o que se verifica com as espigas de milho, que se ergueram orgulhosamente enquanto vazias e, quando se enchem e amadurece o grão, se inclinam e se dobram humildemente. Assim esses homens, depois de tudo terem experimentado, sondado e nada haverem encontrado nesse amontoado considerável de coisas tão diversas, renunciaram à sua presunção e reconheceram a sua insignificância.”

Sobre a base argumentativa desse pensamento de Montaigne, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que os verdadeiros sábios se inspiram nas espigas de milho;
- (B) o argumento básico do texto é de base comparativa, citando o exemplo das espigas de milho;
- (C) a argumentação apresentada é a experiência pessoal do autor, filósofo e escritor;
- (D) o público-alvo do texto são os verdadeiros sábios, que não interrompem a trajetória do aprendizado;
- (E) a lição do texto é a de que a humildade, também na natureza, só não é seguida pelos verdadeiros sábios, por já possuírem o conhecimento.

16

Todas as frases abaixo foram iniciadas com o vocábulo “Segundo”, com noção de conformidade; se eliminarmos das frases esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, a única forma adequada é:

- (A) Segundo a Fifa, o jogador do Grêmio deve ser suspenso por três anos / A Fifa manda que o jogador do Grêmio seja suspenso por três anos;
- (B) Segundo o regulamento do prédio, o morador que deixou lixo no corredor deve ser multado / O regulamento do prédio comenta que o morador que deixou lixo no corredor devesse ser multado;
- (C) Segundo o Denatran, ninguém pode dirigir sem carteira de habilitação / O Denatran instrui como obter-se a carteira de habilitação, que é obrigatória;
- (D) Segundo o edital do concurso, a prova tem a duração de quatro horas / O edital do concurso ordena que a prova tenha a duração de quatro horas;
- (E) Segundo o Serviço de Meteorologia, as chuvas não vão cair neste final de semana / O Serviço de Meteorologia preceitua que as chuvas não vão cair nesse final de semana.

17

Entre os segmentos abaixo, aquele que se mostra bastante objetivo, sem pormenores inúteis, repetições desnecessárias ou redundâncias, é:

- (A) Cada candidato, individualmente, terá acesso às informações do concurso por meio de uma senha particular;
- (B) O governo deve devolver ao povo o valor do empréstimo temporário cobrado no preço dos alimentos;
- (C) Ocorreu uma verdadeira balbúrdia no momento em que Trump entrou no tribunal;
- (D) Na volta da guerra, os militares receberam amor e afeto de seus familiares, que os aguardavam ansiosos;
- (E) Os atletas ficaram desestimulados ao se depararem com a grande quantidade de obstáculos na pista.

18

Os segmentos destacados em cada uma das frases foram substituídos por um só vocábulo de mesmo sentido, com a ajuda de um afixo (prefixo e sufixo); a única frase em que esse procedimento foi feito de forma adequada, é:

- (A) O paciente mostrava uma inflamação conjunta dos órgãos do sistema urinário / uma conjuntivite;
- (B) A câmara descoberta há pouco tempo na pirâmide do Egito foi uma enorme surpresa arqueológica / pré-descoberta;
- (C) Analisar-se a si mesmo continuamente é um bom caminho para a paz interior / autoanalisar-se;
- (D) O Rio de Janeiro está sendo visitado de novo / retrovisitado;
- (E) Tudo estava explicado de forma geográfica / geoidemente.

19

A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- (A) audição está para som como paladar está para língua;
- (B) livro está para capa como traveseiro está para fronha;
- (C) álcool está para alcoolismo como droga está para traficante;
- (D) tecido está para desbotar como papel está para rasgar;
- (E) mestre está para discípulo como professor está para escola.

20

Uma das estratégias de diminuir o ser humano é usar para ele vocábulos empregados somente ou também para coisas (reificação); a frase abaixo em que foi empregado esse processo, é:

- (A) Apesar de craque, em alguns jogos Pelé parecia desligado;
- (B) Nem toda pessoa domina os nervos;
- (C) Os professores não perdem a paciência facilmente;
- (D) Havia grande quantidade de pessoas na festa;
- (E) Os artistas prometeram fazer um bom show.

Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

21

João, ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, ente federativo que possui Regime Próprio de Previdência Social, foi eleito para o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado Beta. O Estado Beta também possui regime próprio de previdência social.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João, ao iniciar o exercício do mandato eletivo de deputado estadual:

- (A) será filiado ao regime geral de previdência social;
- (B) será filiado ao regime próprio de previdência social do Estado Beta;
- (C) permanecerá filiado ao regime próprio de previdência social do Município Alfa;
- (D) poderá optar pela filiação ao regime próprio de previdência social, qualquer que seja ele, ou pelo regime geral de previdência social;
- (E) poderá optar pela filiação ao regime próprio de previdência social do Estado Beta ou ao regime próprio de previdência social do Município Alfa.

22

O Estado Alfa, no exercício de competência legislativa concorrente com a União, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo dispôs sobre temática em relação à qual a União ainda não tinha legislado. Poucos anos depois, a União editou a Lei nº YY, que veiculou normas gerais sobre a temática em sentido totalmente diverso daquele realizado pela Lei nº XX.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº YY, por ser superveniente, revogou a Lei nº XX;
- (B) a Lei nº YY apenas suspendeu a eficácia da Lei nº XX, não a revogando;
- (C) a Lei nº XX se tornou inválida em razão da superveniência da Lei nº YY;
- (D) a Lei nº XX é inconstitucional, pois não poderia ter sido editada sem a prévia edição de lei da União;
- (E) a Lei nº XX, em razão do princípio da prevalência do interesse, continuará a ser aplicada no Estado Alfa.

23

Johan, de nacionalidade austríaca, faleceu e deixou duas herdeiras, Joana e Marya, suas filhas, tendo a primeira delas dupla nacionalidade, a brasileira e a austríaca, e a segunda, nacionalidade austríaca. Embora tenha falecido na Áustria, Johan deixou bens no território brasileiro.

Em razão desse quadro, Joana procurou um advogado e o questionou a respeito da lei que deveria reger a sucessão dos bens situados no Brasil, considerando a sua situação pessoal e a do seu falecido pai.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) como Joana tem nacionalidade austríaca, a sucessão seria regida pela lei austríaca;
- (B) a sucessão será regida pela lei brasileira, caso a lei austríaca não seja mais favorável a Joana;
- (C) a sucessão será regida pela lei brasileira em relação a Joana e pela lei austríaca em relação a Marya;
- (D) a sucessão será regida pela lei brasileira, salvo se Johan, em testamento, dispôs que seria aplicada a lei austríaca;
- (E) a sucessão deve ser obrigatoriamente regida pela lei brasileira, considerando o local em que os bens se encontram.

24

Antônio, que atua em uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado e competência para promover a coleta de lixo domiciliar no Município Alfa, distraiu-se, no exercício de sua função, e causou danos ao automóvel de Maria. Apesar das desculpas de Antônio, Maria disse que adotaria as medidas judiciais necessárias para o ressarcimento dos danos que sofrera.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria deve ajuizar a ação de reparação de danos em face de:

- (A) Antônio e, caso este agente não possua bens suficientes para o ressarcimento do dano, poderá postular a responsabilização de Alfa;
- (B) Antônio, não sendo cabível a responsabilização de Alfa, que somente está presente quando seus agentes atuam com dolo;
- (C) Antônio, não sendo cabível a responsabilização objetiva de Alfa, isto por ter personalidade jurídica de direito privado;
- (D) Alfa, sendo que este ente não tem direito de regresso contra Antônio, que não atuou com dolo;
- (E) Alfa, tendo este ente direito de regresso contra Antônio, que agiu com culpa.

25

Ana, brasileira nata, era casada com Johan, de nacionalidade holandesa. Ao ver de Ana, o fato de ter uma nacionalidade distinta da do marido seria algo negativo e prejudicial à solidez da família. Por tal razão, decidiu se naturalizar holandesa, o que efetivamente foi feito.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Ana:

- (A) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira;
- (B) tem dupla nacionalidade, a holandesa e a brasileira, já que esta última só será cancelada caso Ana o requeira;
- (C) tem dupla nacionalidade, a holandesa e a brasileira, considerando a impossibilidade de dispor desta última;
- (D) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira, caso não requeira a sua manutenção nos cinco anos seguintes;
- (E) perdeu a nacionalidade brasileira, que será automaticamente restabelecida caso renuncie à nacionalidade holandesa.

26

1º cenário: Matheus, policial penal no Estado do Rio Grande do Norte, em um dia de folga, comparece a um bar local, para assistir ao jogo de futebol do seu time de coração. Irritado em razão da derrota na partida, Matheus desfere um soco no rosto de um torcedor do time rival.

2º cenário: João, delegado de polícia, ao conduzir a viatura policial de forma negligente, acaba por colidir e derrubar um pequeno muro de uma propriedade particular.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. Contudo, o valor indenizatório não será integral, considerando que, no momento do ato, não havia exercício de função pública. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco integral;
- (B) no 1º cenário, não há porquê se falar em responsabilização civil do Estado, considerando que Matheus, ao agredir o torcedor rival, não estava no exercício da função, tampouco atuou em razão desta. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza subjetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (C) no 1º cenário, não há porquê se falar em responsabilização civil do Estado, considerando que Matheus, ao agredir o torcedor rival, não estava no exercício da função, tampouco atuou em razão desta. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (D) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza subjetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (E) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco integral.

27

João, agente público de direito, editou um ato administrativo sancionatório, punindo um subordinado que violou o regime jurídico administrativo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, consectários do devido processo legal.

Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo e as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- (A) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (B) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (C) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal;
- (D) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (E) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal.

28

O Estado do Rio Grande do Norte busca a realização de licitação para selecionar trabalho científico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica, visando à concessão de remuneração ao vencedor.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o enunciado trata da seguinte modalidade de licitação:

- (A) diálogo competitivo;
- (B) concorrência;
- (C) concurso;
- (D) pregão;
- (E) leilão.

29

João é diplomata brasileiro, estando a serviço da República Federativa do Brasil no continente europeu, mais especificamente na Itália. João, após anos residindo em Roma/Itália, acaba por conhecer Joana, italiana, com ela se casando e tendo um filho, chamado Joaquim.

Nesse cenário, considerando as normas constitucionais que versam sobre a nacionalidade, é correto afirmar que Joaquim:

- (A) será considerado brasileiro naturalizado, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- (B) será considerado brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- (C) não é considerado brasileiro nato, tampouco naturalizado;
- (D) é considerado brasileiro naturalizado;
- (E) é considerado brasileiro nato.

30

João, juiz de direito no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, respondeu a processo administrativo disciplinar junto à Corregedoria local. Findo o processo, após a observância de todas as garantias constitucionais, a João foi aplicada a sanção de censura.

Nesse contexto, trinta dias após o julgamento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomou ciência dos fatos e, de ofício, verificou que seria necessário rever o que restou decidido no processo administrativo disciplinar.

Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Conselho Nacional de Justiça e o caso concreto narrado, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça atuou de forma:

- (A) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano, em caso de absolvição ou de condenação com a imposição de sanções leves;
- (B) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano;
- (C) equivocada, considerando que, muito embora possa rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, é necessário que o órgão seja provocado, o que não ocorreu;
- (D) equivocada, considerando que somente pode rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes em caso de absolvição e mediante provocação;
- (E) equivocada, considerando que a sua atividade correicional tem natureza subsidiária, pressupondo a inércia das instâncias locais.

Legislação Específica

31

Ana, estudante de direito, questionou o seu professor sobre quais seriam os legitimados à apresentação de proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

O professor respondeu, corretamente, que têm legitimidade:

- (A) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e o governador do Estado;
- (B) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 3%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em 3/5 dos Municípios do Estado;
- (C) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 5%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em metade dos Municípios do Estado;
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- (E) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

32

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa visando à criação do cargo de provimento efetivo XX, definindo o valor da respectiva remuneração e fixando suas atribuições. No âmbito da Assembleia Legislativa, três deputados estaduais apresentaram emendas ao projeto, visando a:

- (1) criar um segundo cargo, o YY, definindo as atribuições e fixando a respectiva remuneração;
- (2) aumentar o valor da remuneração proposta para o cargo XX; e
- (3) reduzir as atribuições do cargo XX.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar, em relação às três emendas, que:

- (A) somente (2) e (3) são constitucionais;
- (B) somente (1) e (2) são constitucionais;
- (C) somente (2) é constitucional;
- (D) somente (3) é constitucional;
- (E) (1), (2) e (3) são inconstitucionais.

33

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi designada para substituir Joana, ocupante de cargo de provimento em comissão, que se encontrava afastada das suas funções.

Nesse caso, consoante a sistemática estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 715/2022, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, fazendo jus a um acréscimo de 50% em sua remuneração regular, pago de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a trinta dias;
- (B) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, também fazendo jus à retribuição deste último, paga de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a dez dias;
- (C) deverá ser afastada do seu cargo efetivo, considerando a expressa vedação de cumulação de cargos no âmbito do Poder Judiciário, o que não impediria Maria de cumular uma função de confiança;
- (D) poderia cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, no caso de vacância deste último, também fazendo jus à retribuição correlata, paga de modo proporcional;
- (E) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, mas deve optar pela remuneração de um deles, com os benefícios correlatos.

34

Inês, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), foi questionada por uma colega em relação aos critérios a serem observados para o recebimento da denominada Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Inês respondeu, corretamente, que a referida Gratificação:

- (A) está sujeita à incidência de contribuição previdenciária;
- (B) somente pode ser cumulada com o valor correspondente à ocupação de um cargo em comissão;
- (C) somente pode ser cumulada com o valor correspondente ao exercício de uma função comissionada;
- (D) corresponde a 20% do vencimento básico do servidor que faça jus, considerando sua posição na carreira;
- (E) é devida a todos os servidores que realizem atividades, em caráter temporário ou permanente, fora das dependências do TJRN.

35

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, consultou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dessa estrutura de Poder, a respeito da possibilidade, ou não, de passar para o padrão imediatamente superior na classe em que estava inserido.

Ao final de suas pesquisas, João concluiu, corretamente, que a referida passagem:

- (A) pode ocorrer por meio da promoção funcional;
- (B) pode ocorrer por meio da ascensão funcional;
- (C) pode ocorrer por meio da progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por meio da transposição de cargos;
- (E) não pode ocorrer, sob pena de burla à exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público.

36

Determinada Comarca do Rio Grande do Norte contava com mais de uma unidade dos Juizados Especiais Criminais. Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário, foi lotada em uma dessas unidades. Ato contínuo, realizou pesquisa a respeito do órgão competente para promover a execução nos processos em que fosse aplicada pena alternativa, tendo concluído corretamente que essa atividade, à luz da Lei Complementar Estadual nº 643/2018, seria desenvolvida:

- (A) por cada unidade, nos processos a ela vinculados;
- (B) pela unidade definida pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (C) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na classe;
- (D) pela unidade designada pelo presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na carreira.

37

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, por seu órgão competente, recebeu solicitação para que fosse criada uma nova unidade judiciária em Comarca de entrância intermediária.

De acordo com a sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 643/2018, devem ser considerados critérios de natureza:

- (A) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (B) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que o acervo existente na unidade a ser desmembrada seja igual ou superior ao dobro do acervo existente em todas as unidades judiciárias de igual competência da macrorregião;
- (C) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último quinquênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (D) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial;
- (E) demográfica, temporal e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último biênio seja igual ou superior ao dobro da mediana de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial.

38

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) iniciou discussões internas visando a instituir comissão de concurso para o provimento de cargos de juiz de Direito. Ao tomarem conhecimento da existência dessas discussões iniciais, grupos de direitos humanos encaminharam mensagens ao Tribunal solicitando que fosse informado se seriam adotadas medidas para que fosse assegurada a diversidade entre os integrantes da comissão.

Com base no Regimento Interno do TJRN, foi corretamente informado aos referidos grupos que a comissão:

- (A) observaria a paridade de gênero;
- (B) observaria a diversidade de gênero e a diversidade racial;
- (C) teria ao menos 30% dos seus integrantes do sexo feminino;
- (D) observaria a paridade racial, considerando negros e brancos;
- (E) seria composta a partir de sorteio, do qual pessoas dos distintos segmentos da sociedade poderiam participar.

39

Em determinada relação processual, na qual foram exauridos os recursos passíveis de serem interpostos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), foi interposto recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno do TJRN, é correto afirmar, em relação ao juízo de admissibilidade do referido recurso, que:

- (A) a sua realização é de competência do Conselho da Magistratura do TJRN, sendo vedada a delegação;
- (B) a sua realização é de competência do vice-presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (C) não pode ser realizada no âmbito do TJRN, para que não seja usurpada a competência do STF;
- (D) a sua realização é de competência do presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (E) a sua realização é de competência do Pleno do TJRN, sendo vedada a delegação.

40

Maria encaminhou representação ao corregedor-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, descrevendo a existência de irregularidades no âmbito de determinada unidade judiciária do interior do Estado.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para se verificar a veracidade, ou não, do fato descrito por Maria, deve ser realizada uma:

- (A) correção extraordinária;
- (B) correção ordinária;
- (C) justificação;
- (D) inspeção;
- (E) auditoria.

Conhecimentos Específicos

41

A comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis as torna mais relevantes e contribui para uma representação fidedigna de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.

Em se tratando dos preceitos das normas CPC 00 e CPC 26, é correto afirmar que:

- (A) a agregação torna as informações mais úteis ao resumir grande quantidade de detalhes. Contudo, deve-se observar um limite de 10%, de modo que as informações relevantes não sejam obscurecidas;
- (B) a entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes que ultrapassem o limite de 10%;
- (C) a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC, se a informação resultante da divulgação não for material;
- (D) a comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis requer concentrar-se em regras e objetivos de divulgação e apresentação em vez de concentrar-se em princípios;
- (E) os relatórios financeiros para fins gerais fornecem todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.

42

Uma empreiteira foi contratada para construir uma fábrica para um terceiro. O preço do contrato é de R\$ 250 milhões mais um bônus de R\$ 25 milhões se a instalação for concluída em uma data específica. A expectativa é de que o contrato leve três anos para ser concluído. A empreiteira tem um longo histórico de construção de instalações semelhantes. O prêmio do bônus é binário (ou seja, há apenas dois resultados possíveis) e deve ser pago integralmente após a conclusão da instalação. O empreiteiro não receberá os R\$ 25 milhões se a instalação não for concluída na data especificada. A contratada acredita, com base em sua experiência, que tem 95% de chance que o contrato seja concluído com sucesso e antes da data prevista.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o método a ser utilizado e o preço da transação são, respectivamente:

- (A) método do valor mais provável e preço de R\$ 275 milhões;
- (B) método do valor esperado e preço de R\$ 275 milhões;
- (C) método de produto e preço de R\$ 250 milhões;
- (D) método do valor mais provável e preço de R\$ 261,25 milhões;
- (E) método de insumo e preço de R\$ 250 milhões.

43

Uma empresa adquiriu em janeiro de X1 um ativo a custo de R\$ 1.000 que será depreciado contabilmente em 4 anos e, para fins fiscais, será depreciado em 10 anos. Assume-se que as receitas tributáveis são de R\$ 1.200 e as despesas dedutíveis de R\$ 400 (os R\$ 400 não consideram a depreciação contábil e fiscal) no primeiro ano (X1).

Considerando-se somente as informações apresentadas e uma alíquota de 34% de imposto de renda, ao fim do primeiro ano (X1):

- (A) o imposto de renda corrente totaliza R\$ 51 e o imposto de renda diferido de R\$ 187;
- (B) $Ativo_{contábil} < Ativo_{fiscal}$, gerando uma diferença temporária dedutível de R\$ 150 e, portanto, um ativo fiscal diferido de R\$ 51;
- (C) o lucro líquido do período totalizou um valor de R\$ 200;
- (D) $Ativo_{contábil} > Ativo_{fiscal}$ e a diferença temporária dedutível de R\$ 150 e, portanto, um passivo fiscal diferido de R\$ 51;
- (E) o EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) totalizou um valor de R\$ 1.600.

44

Uma entidade apresentou os seguintes saldos relativos ao seu plano de benefício definido:

- Valor presente da obrigação: R\$ 33 milhões
- Valor justo dos ativos do plano: R\$ 37 milhões
- Perdas atuariais: R\$ 3 milhões não reconhecidos
- Custo do serviço passado: R\$ 2 milhões não reconhecidos
- Valor presente dos reembolsos futuros disponíveis e redução nas contribuições futuras: R\$ 1 milhão

Considerando-se apenas as informações apresentadas, de acordo com o CPC 33, a entidade deve:

- (A) reconhecer um ativo de R\$ 9 milhões relacionado ao plano de benefício definido;
- (B) reconhecer um passivo de R\$ 6 milhões e divulgar o fato de que o limite reduziu o valor contábil do passivo em R\$ 3 milhões;
- (C) reconhecer um passivo de R\$ 9 milhões relacionado ao plano de benefício definido;
- (D) reconhecer um ativo de R\$ 6 milhões e divulgar o fato de que o limite reduziu o valor contábil do ativo em R\$ 3 milhões;
- (E) reconhecer um passivo de R\$ 33 milhões relacionado ao plano de benefício definido.

45

Uma empresa está instalando uma nova fábrica em sua unidade de produção e incorreu nos seguintes custos:

1. Custo da planta da fábrica (custo da nota fiscal mais impostos): R\$ 2.500.000
2. Entrega inicial e o manuseio: R\$ 200.000
3. Custo de preparação do local: R\$ 600.000
4. Consultores usados para assessoria na aquisição da fábrica (honorários profissionais): R\$ 700.000
5. Custos administrativos (não testes): R\$ 200.000
6. Custos de desmontagem estimados a serem incorridos após 7 anos: R\$ 300.000
7. Perdas operacionais antes da produção comercial: R\$ 400.000

Considerando-se apenas as informações apresentadas, os custos que podem ser ativados totalizam:

- (A) R\$ 3.700.000;
- (B) R\$ 4.100.000;
- (C) R\$ 4.300.000;
- (D) R\$ 4.900.000;
- (E) R\$ 5.800.000.

46

Uma entidade está planejando alienar um grupo de ativos. A entidade designa esses ativos como um grupo para alienação. O valor contábil desses ativos imediatamente antes da classificação como mantidos para venda era de R\$ 30 milhões. Ao serem classificados como mantidos para venda, os ativos foram reavaliados para R\$ 22 milhões. A entidade acredita que custaria R\$ 2 milhões para vender o grupo de ativos.

Nesse caso, o valor contábil do grupo para alienação nas contas da entidade após sua classificação como mantida para venda é de:

- (A) R\$ 52 milhões;
- (B) R\$ 32 milhões;
- (C) R\$ 30 milhões;
- (D) R\$ 24 milhões;
- (E) R\$ 20 milhões.

47

Na elaboração de um relatório de gestão, nos moldes exigidos pelo respectivo tribunal de contas, uma entidade apresentou os valores pagos a título de serviços de terceiros - pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ) em um único item informacional, em decorrência de eles apresentarem menos de 10% das despesas pagas pela entidade no período.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, esse julgamento feito pela entidade:

- (A) aprimora a relevância e a objetividade da informação contábil;
- (B) decorre de uma análise minuciosa do custo-benefício da geração da informação;
- (C) deve ser feito à luz do princípio orçamentário da especificação;
- (D) promove melhor compreensibilidade da informação reportada;
- (E) situa-se no contexto da materialidade, que é uma restrição relacionada à apresentação da informação contábil.

48

O texto da NBC TSP Estrutura Conceitual dispõe que o Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) contém os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público.

Na elaboração desse relatório, uma entidade do setor público deve considerar que o RCPG:

- (A) necessita apresentar informações alinhadas às disposições da Lei nº 4.320/1964;
- (B) deve ser divulgado ao longo do exercício como anexo do relatório resumido da execução orçamentária;
- (C) no contexto da convergência, é de elaboração facultativa a entidades de pequeno porte;
- (D) pode compreender múltiplos relatórios, atendendo a diferentes objetivos da divulgação da informação contábil;
- (E) tem o propósito de atender a finalidade específica de conformidade e prestação de contas.

49

Em um Município há uma praça pública onde estão instalados alguns bancos, aparelhos de ginástica ao ar livre e três quiosques utilizados por permissionários. O equipamento é administrado pela Prefeitura Municipal. A fim de incentivar os artesãos e empreendedores locais, a Prefeitura lançou um projeto para a promoção de feiras nos finais de semana. Entre outras ações, a Prefeitura contratou a locação de tendas para os expositores.

Essa contratação deve ser tratada como:

- (A) ativo imobilizado, pois envolve a instalação das tendas na praça pública;
- (B) despesas de natureza extraordinária abertas por créditos adicionais;
- (C) obras e instalações, com custos cobertos pelos expositores;
- (D) serviço de terceiros, pois não há ampliação dos benefícios econômicos associados ao equipamento público;
- (E) variação patrimonial com impacto qualitativo no patrimônio do Município.

50

A NBC TSP Estrutura Conceitual trata das bases de mensuração de ativos e passivos do setor público, enfocando suas principais características. O texto inclusive coloca em paralelo as bases que se referem a ativos e passivos. Uma dessas bases é o preço presumido, que representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

Essa base de mensuração de passivos pode ser associada à seguinte base de mensuração de ativos:

- (A) custo de liberação;
- (B) custo de reposição;
- (C) preço líquido de venda;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor recuperável líquido.

51

Na estrutura de apresentação do Balanço Orçamentário preconizada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) há informações sobre as receitas e despesas em cada estágio de planejamento e execução que possibilitam análises mais detalhadas.

Para apurar e analisar os saldos a executar de cada grupo de natureza da despesa, é necessário subtrair as despesas:

- (A) pagas das despesas liquidadas;
- (B) empenhadas da dotação inicial;
- (C) liquidadas da dotação atualizada;
- (D) empenhadas da dotação atualizada;
- (E) liquidadas das despesas empenhadas.

52

Em decorrência de uma falha no módulo de demonstrações contábeis do sistema de processamento de informações orçamentárias, contábeis e financeiras de um ente público, o balanço financeiro (BF) apresentou um erro no processamento do item “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, conforme modelo proposto no MCASP.

O BF precisou ter seus saldos ajustados em uma planilha eletrônica, pois valores relativos ao referido foram apresentados equivocadamente no grupo:

- (A) pagamentos extraorçamentários;
- (B) recebimentos extraorçamentários;
- (C) receita orçamentária;
- (D) saldo do exercício anterior;
- (E) saldo para o exercício seguinte.

53

Analise as situações descritas a seguir no contexto da execução orçamentária de um ente público, sob as regras preconizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Situação I – Empenho de uma despesa com aquisição de bens em que estes serão entregues somente em um momento posterior;
Situação II – Um serviço de manutenção foi prestado por uma empresa especializada, mas, por um erro do setor, o empenho só aconteceu após a sua conclusão e reconhecimento patrimonial;
Situação III – Empenho de uma despesa de prestação de serviço, com todas as etapas concluídas; e o fornecedor dos serviços entregou toda a documentação comprobatória regularmente;
Situação IV – Empenho de despesas relativas à folha de pessoal, com previsão de pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente. Nesse intervalo, serão feitos os ajustes decorrentes da apuração de faltas e horas extras.

Considerando apenas as informações dadas e à luz do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as situações que ensejam contabilização como Crédito Empenhado em Liquidação são somente:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e IV;
- (D) III e IV;
- (E) II, III e IV.

54

Para contribuir com a consistência da consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Uma transação que deverá ser registrada com o dígito 1 no 5º nível do PCASP, pois representa saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social, é ilustrada pelo reconhecimento, por parte de uma Prefeitura:

- (A) de uma obrigação de pagar débitos atrasados junto ao INSS;
- (B) de um valor a pagar relativo a uma obrigação junto a um prestador de serviços;
- (C) de uma obrigação patronal devida ao órgão previdenciário do referido Município;
- (D) de valores relativos a transferências constitucionais obrigatórias pela repartição de receitas da União;
- (E) do direito a receber valores do Estado da federação ao qual pertence.

55

Na elaboração dos demonstrativos fiscais há anexos a serem apresentados em cada período de divulgação e outros apenas no encerramento do exercício.

No caso específico do Relatório de Gestão Fiscal, um anexo exclusivo do último quadrimestre refere-se a:

- (A) limite de concessão de garantias;
- (B) inscrição de despesas em restos a pagar;
- (C) recursos destinados a parcerias público-privadas;
- (D) receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (E) medidas corretivas adotadas, se ultrapassado qualquer dos limites.

56

A Cia. Alfa adquiriu dois investimentos em participações societárias, conforme descritos no quadro a seguir.

| Investida | Condição em relação à Alfa | % de Alfa no capital votante | Saldo Inicial do Investimento (BP - Alfa) | Resultado líquido do exercício (DRE - Investida) |
|-----------|---------------------------------------|------------------------------|---|--|
| Beta S.A. | Controlada | 45% | R\$ 1.100.000,00 | R\$ 230.000,00 |
| Gama S.A. | Coligada com influência significativa | 20% | R\$ 790.000,00 | - R\$ 130.000,00 |

Sabendo-se que o resultado apurado pelas investidas se refere ao primeiro exercício financeiro após a aquisição e considerando as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), o resultado da equivalência patrimonial na Cia. Alfa:

- (A) terá impacto negativo de R\$ 77.500,00;
- (B) será registrado no montante de R\$ 103.500,00;
- (C) implicará o reconhecimento de R\$ 158.000,00;
- (D) deverá ser apurado somente para uma das participações societárias;
- (E) gerará registros de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

57

Uma entidade adquiriu a prazo um equipamento em 01/07 de um dado exercício; o equipamento foi entregue em 01/09 e, após a devida instalação, foi colocado em operação no dia 01/10 do mesmo exercício. Foi estimada uma vida útil de dez anos para o equipamento. Os valores relativos à aquisição do equipamento estão descritos no quadro a seguir.

| | |
|--|----------------|
| Valor de aquisição do equipamento à vista | R\$ 236.000,00 |
| Custo adicional de aquisição a prazo (juros) | R\$ 22.000,00 |
| Custo de transporte e instalação | R\$ 12.000,00 |
| Valor residual | R\$ 8.000,00 |

Ao final do referido exercício, a despesa de depreciação pelo método da linha reta a ser registrada como variação patrimonial diminutiva é de:

- (A) R\$ 5.700,00;
- (B) R\$ 6.000,00;
- (C) R\$ 6.550,00;
- (D) R\$ 8.000,00;
- (E) R\$ 8.733,33.

58

Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na elaboração e na execução da lei orçamentária. Sua aplicação é dinâmica e pode adquirir novas abordagens em decorrência de inovações legislativas, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe mecanismos para assegurar a responsabilidade na gestão fiscal.

Um desses mecanismos pressupõe uma ação que pode ser associada ao princípio orçamentário do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) não vinculação;
- (D) planejamento;
- (E) precedência.

59

O empenho é a primeira etapa da execução da despesa no ciclo orçamentário e pode ser considerado como o comprometimento do crédito orçamentário. Por ser legalmente previsto, está sujeito a algumas normas.

Entre outros pontos, a lei dispõe que a emissão de empenho por estimativa:

- (A) deve ser associada a uma fonte de recursos quando se realizar no último ano de mandato;
- (B) é autorizada somente para despesas abertas por meio de créditos extraordinários e especiais;
- (C) é facultada em casos de execução de despesas de natureza extraorçamentária;
- (D) é permitida para despesa cujo montante não se possa determinar;
- (E) é vedada nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

60

Os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição da República de 1988 devem ser elaborados, aprovados e executados de forma integrada e harmônica, de modo a contribuir para os diferentes níveis de planejamento.

O instrumento que dispõe sobre as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital:

- (A) deve apresentar detalhamento de receitas e despesas estimadas para o exercício;
- (B) deve ter suas metas avaliadas em audiências públicas quadrimestrais;
- (C) em decorrência do dinamismo da ação governamental, deve ser elaborado a cada exercício financeiro;
- (D) está relacionado com a perspectiva do planejamento estratégico;
- (E) trata também dos critérios de priorização dos programas governamentais.

61

O processo de abertura dos créditos adicionais requer análise de alguns requisitos legalmente previstos, tais como formatos, justificativas, vigência e fontes de recursos. Diante da possibilidade de usar o superávit financeiro previsto na Lei nº 4.320/1964 como fonte de abertura para créditos adicionais, à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), um analista deve considerar que:

- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias trará disposições e limites para sua utilização;
- (B) ingressos de natureza extraorçamentária serão incluídos apenas quando arrecadados no exercício anterior;
- (C) na apuração do superávit financeiro, este será segregado por fonte/destinação de recursos;
- (D) o valor dos créditos extraordinários abertos no exercício será deduzido na sua apuração;
- (E) sua utilização é vedada nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

62

A estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve apresentar uma série de conteúdos para subsidiar o acompanhamento da gestão fiscal e a elaboração do orçamento anual.

No que tange ao Anexo de Metas Fiscais, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que deve conter:

- (A) apresentação das metas do exercício de referência e, quando aplicável, do exercício anterior;
- (B) avaliação do impacto e dos riscos da aplicação de recursos em fundos públicos;
- (C) detalhamento das fontes de recursos e riscos dos investimentos para o exercício;
- (D) informações sobre a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- (E) medidas adotadas em situações de descumprimento de limites fiscais.

63

O orçamento de um dado ente federativo dá autorização para o início de um programa de manutenção e expansão das instalações físicas da rede pública de educação básica.

À luz das orientações do Manual Técnico de Orçamento (MTO), para a classificação programática da despesa:

- (A) todas as ações do programa serão classificadas como um projeto;
- (B) se parte das ações do projeto forem custeadas com recursos de operações de crédito, será uma operação especial;
- (C) por se tratar de um programa autorizado na lei orçamentária do ente, os recursos do tesouro são a única fonte;
- (D) não é permitida a existência de um mesmo projeto em mais de uma esfera orçamentária ou em programas diferentes;
- (E) os recursos serão destinados às ações do programa na modalidade aplicação direta.

64

Um novo servidor foi designado para trabalhar no setor responsável pela execução orçamentária da despesa, especificamente na seção de liquidação da despesa. Pela ausência de fluxo padronizado de procedimentos, ele tinha dúvidas recorrentes que eram consultadas a colegas mais experientes. Ao examinar um processo de despesa para verificar a regularidade do direito adquirido pelo credor, ele foi orientado pelos colegas a analisar:

- I. o contrato, se houver, e a nota de empenho;
 - II. a fonte de custeio da despesa;
 - III. os comprovantes da prestação do serviço;
 - IV. a compatibilidade da despesa com a programação financeira.
- De acordo com a Lei nº 4.320/1964, são considerados títulos e documentos comprobatórios, para fins de liquidação, somente os itens:
- (A) I e III;
 - (B) I e IV;
 - (C) II e III;
 - (D) III e IV;
 - (E) I, III e IV.

65

O planejamento da ação pública que implique geração de despesa ou assunção de obrigação deve considerar as disposições legais para assegurar a sua regularidade.

Uma análise da geração de despesa, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve concluir que a despesa é considerada adequada à lei orçamentária anual quando:

- (A) colaborar com a expansão da ação pública;
- (B) for discutida em audiências públicas temáticas;
- (C) for objeto de dotação específica e suficiente;
- (D) possibilitar procedimentos específicos de controle prévio e concomitante;
- (E) tiver seu ciclo de execução concluído no exercício financeiro de referência.

66

Por recomendação do órgão de controladoria a que está sujeita, uma entidade pública estadual analisou e reavaliou a sua estrutura para se posicionar no modelo das Três Linhas do *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2020).

Para se adequar ao modelo, a entidade considerou que atividades relacionadas à execução de procedimentos de controle e monitoramento dos riscos estão associadas de forma mais direta, respectivamente, a papéis de:

- (A) 1ª linha e avaliadores externos;
- (B) 1ª e de 2ª linha;
- (C) 1ª linha e auditoria interna;
- (D) 2ª linha e alta administração;
- (E) 2ª linha e auditoria interna.

67

O método de seleção de amostra em que o auditor precisa determinar que as unidades de amostragem da população não estão estruturadas, de modo que o intervalo de amostragem corresponda a um padrão em particular da população, é a seleção:

- (A) ao acaso;
- (B) aleatória;
- (C) de blocos;
- (D) sistemática;
- (E) por unidade monetária.

68

Os auditores devem manter comportamento profissional apropriado, de forma que não afete a objetividade do trabalho, bem como as conclusões decorrentes.

Um elemento relevante para um comportamento apropriado do auditor é o julgamento profissional que, segundo a NBASP 100 (ISSAI 100) Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público:

- (A) proporciona o planejamento e a execução do trabalho de auditoria de uma maneira diligente;
- (B) deve ser aplicado quando o auditor toma decisões sobre o curso de ação apropriado;
- (C) deve ser ponderado em relação ao ceticismo profissional;
- (D) implica atitude cautelosa quando avalia se a evidência obtida é suficiente e apropriada;
- (E) significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

69

Os elementos da auditoria do setor público (auditor, parte responsável, usuários previstos, objeto e critérios) podem assumir distintas características quando concebidos no contexto da auditoria operacional.

Nesse tipo de auditoria, a NBASP 300 (ISSAI 300) Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional orienta aos auditores que:

- (A) a seleção de objetos e a identificação de critérios estão sujeitas a um menor nível de discricionariedade;
- (B) eles precisam estar atentos para não assumir as responsabilidades das partes responsáveis;
- (C) o objeto da auditoria operacional deve estar limitado a programas ou entidade, para assegurar objetividade;
- (D) o papel de parte responsável não pode ser compartilhado por outros indivíduos;
- (E) uma parte responsável não pode ser também usuário previsto, de modo a afetar a imparcialidade do trabalho.

70

Em um trabalho de auditoria, um auditor precisa realizar procedimentos com o objetivo de identificar a existência de indicadores de fraude nos documentos fiscais comprobatórios de despesas no tocante aos seus aspectos intrínsecos (dados pré-impressos). Para isso será necessário verificar a numeração da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), os dados da gráfica e a faixa de numeração autorizada para o impresso no rodapé ou na lateral direita.

Para executar esse tipo de procedimento, é recomendada a aplicação de técnicas de obtenção de evidência:

- (A) física;
- (B) analítica;
- (C) documental;
- (D) testemunhal;
- (E) independente.

Discursivas

1

À concessão de benefícios e incentivos é uma estratégia adotada pelos governos para atrair e viabilizar investimentos privados em determinadas áreas e/ou setores. Porém, essa estratégia precisa ser cuidadosamente planejada para não comprometer as finanças do ente.

Com o objetivo de contribuir para o alcance do equilíbrio das contas públicas e a manutenção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs regras para a renúncia de receitas. Um ente público que opte por esse tipo de concessão deve estar atento a essas regras para não incorrer em risco de responsabilização.

Nesse contexto, elabore um texto que aborde os seguintes itens:

- a) três regras de concessão de benefícios que impliquem renúncia de receita;
- b) definição de três exemplos de formas pelas quais esses benefícios podem ser concedidos;
- c) uma situação em que não se aplicam as regras para concessão de benefícios que impliquem renúncia de receita.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Os esforços para uma efetiva implementação da gestão de custos nas entidades públicas têm evoluído e ganhado arcabouço normativo.

Na concepção de um sistema de custos em uma entidade, é necessário definir, entre outros parâmetros, o sistema de acumulação e um adequado método de custeio, de acordo com as especificidades da entidade e de suas necessidades informacionais. Para auxiliar um servidor responsável por apresentar ao gestor uma proposta de concepção de um sistema de custos para uma entidade pública, elabore um texto que aborde, à luz da NBC T 16.11 Sistema de Informação de Custos do Setor Público, os seguintes itens:

- a) finalidade de um sistema de acumulação de custos, explicando dois sistemas possíveis;
- b) definição de método de custeio, explicando dois métodos existentes;
- c) dois critérios que devem ser considerados na definição dos métodos de custeio.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO – Questão 1 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

RASCUNHO – Questão 2 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

Realização

